

# A Definição do Perfil Territorial do Brasil e a Atuação dos Geógrafos Militares na Demarcação de Nossas Fronteiras

Juvenal Milton Engel \*

**Resumo:** Síntese histórica da epopéia levada a efeito durante quase dois séculos para configurar os limites internacionais do Brasil a partir da assinatura do Tratado de Madri (1750) até nossos dias. Narra, cronologicamente, os esforços contínuos de estadistas, diplomatas, militares e técnicos civis para a assinatura de instrumentos que fixassem as fronteiras brasileiras, na Colônia, no Reino, no Império e na República. Salienta a visão do Marquês de Pombal, de Alexandre de Gusmão, de Rio Branco e a ação dos geógrafos militares responsáveis pelos serviços geodésicos e topográficos, valendo-se do princípio do *uti possidetis*.

**Palavras-chave:** Tratado de Madri, *Uti Possidetis*, acordos ou tratados, demarcação e caracterização das fronteiras

**A** definição – e a posterior implantação no terreno – dos limites internacionais do Brasil constituiu uma bela página da nossa História, escrita ao longo de quase dois séculos. Iniciou-se com a negociação do Tratado de Madri, firmado na metade do século XVIII, entre Portugal e Espanha, primeiro tratado que cuidou objetivamente de dividir as terras do continente sul-americano entre as duas coroas ibéricas, passou pelo extraordinário esforço para a delimitação de nos-

sas fronteiras na segunda metade do século XIX, chegando, enfim, em meados do século XX, à fase final dos trabalhos de demarcação de nossos limites terrestres.

A história dessa epopéia, feita de exemplos de patriotismo, inteligência, abnegação e heroísmo, ainda não foi escrita por inteiro; seus protagonistas principais são, de um lado, os diplomatas, que trataram de estabelecer, por meio de acordos internacionais, o traçado de nossas lindes e, de outro, os geógrafos militares que, com base naqueles acordos, foram procurar no terreno, em florestas ou desertos, rios ou montanhas, no decurso de campanhas memoráveis, mui-

\* Coronel Engenheiro Militar. Sócio titular do IGMB. Chefe da Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, a partir de 1967.

tas vezes por anos a fio, os acidentes geográficos descritos naqueles acordos.

O estabelecimento dos limites internacionais de um país obedece a uma cronologia bem conhecida dos estudiosos do assunto, a saber: o levantamento dos precedentes histórico-geográficos relacionados à fronteira em questão; as negociações concernentes à sua delimitação, isto é, a assinatura e a ratificação dos tratados internacionais visando à definição dos limites, e, finalmente, os trabalhos de demarcação e de caracterização, ou seja, a implantação de marcas físicas no terreno, em estrita observância ao pactuado nos tratados.

Pela importância de que o assunto se reveste – por envolver aspectos de soberania –, as negociações para a assinatura de um tratado de limites foram sempre, seja nos tempos do Brasil-Colônia, como no Império ou na República, conduzidas por estadistas e/ou diplomatas da mais alta linhagem, escolhidos entre os mais bem-preparados servidores da Nação, sendo credenciados muitas vezes os próprios chanceleres, quando a assinatura dos instrumentos iria se dar no próprio país, ou representantes plenipotenciários, quando no estrangeiro.

Os trabalhos de demarcação\* e de caracterização,\*\* pelas características de que sempre se revestiram – trabalhos de natureza técnico-geográfica, em regiões inóspitas de fronteira, sob condições de extrema dificuldade e muitas vezes com risco de vida, em razão da possibilidade de ocorrência de

acidentes ou doenças, ou mesmo de ataques de silvícolas ou animais selvagens –, foram, com raras exceções, confiados a militares versados em topografia, astronomia ou geodésia, assuntos esses correlatos às importantes missões que lhes cabia desempenhar. Mesmo o preparo da documentação cartográfica, indispensável na fase que precedia as negociações – a fase dos “precedentes” acima referida – dependia, em grande parte, das explorações e dos levantamentos levados a cabo por militares.

O presente ensaio é dedicado à decisiva cooperação prestada pelos demarcadores militares para a definição do perfil territorial deste verdadeiro gigante, o Brasil, a começar pelas tentativas de demarcação do primeiro instrumento que procurou objetivamente separar as terras de Portugal e da Espanha na América Colonial, o Tratado de Madri, em 1750. Antes, porém, cabe uma palavra ligeira a respeito da tentativa de definir os limites das duas Coroas ibéricas antes mesmo de nosso descobrimento.

#### CRONOLOGIA DOS INSTRUMENTOS SOBRE LIMITES

O primeiro instrumento que tratou das fronteiras do Brasil foi o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 – dois anos após a descoberta da América por Colombo, mas ainda seis anos antes de nosso “achamento”, como hoje também se diz –, o qual estabeleceu que a partilha das terras de Portugal e da Espanha seria feita por uma raia meridiana situada 370 léguas a ocidente das ilhas de Cabo Verde. Caso essa raia pudesse ter sido lançada no terreno naque-

\* Colocação dos marcos principais nos pontos chaves da fronteira.

\*\* Colocação de marcos secundários entre os marcos principais para melhor materialização da linha limítrofe.

le momento, mais de dois terços de nosso atual território estaria sob domínio espanhol. Por razões diversas, não foi possível o entendimento sobre a posição correta da linha de Tordesilhas, o que impossibilitou por mais de dois séculos a definição de nossos limites. Nesse intervalo ocorreu, de 1580 a 1640, a união das Coroas ibéricas sob o domínio da Espanha, e disso se aproveitaram os bandeirantes para a expansão de nossos territórios, ultrapassando largamente aquela linha.

Somente em 1750 é que surgiu a primeira tentativa objetiva de dividir, na América do Sul, as terras das duas Coroas, com a assinatura do Tratado de Madri, em negociação inspirada pelo gênio do brasileiro Alexandre de Gusmão, então Secretário do Rei de Portugal. Nele, os limites foram pactuados com base na ocupação efetiva de territórios por uma ou outra Coroa, o princípio de *uti possidetis*, o que contribuiu para que a Espanha aceitasse a ampliação dos territórios luso-brasileiros no continente. No entanto, ainda não foi com esse instrumento, anulado pelo Tratado do Pardo, em 1761, nem com o que lhe seguiu, o Tratado de Santo Ildefonso (1777), que os limites do Brasil ficaram definidos. Na realidade, apesar do enorme esforço desenvolvido pelos que procuraram traçar no terreno os limites estabelecidos nesses instrumentos, seus trabalhos resultaram principalmente no reconhecimento e na exploração de nossos con-

fins, o que veio a ser de inestimável importância para a negociação dos tratados de limites que o Brasil viria a firmar após sua independência.

Baldadas as tentativas de demarcação na segunda metade do século XVIII, por mais de meio século continuaram ainda abertas nossas fronteiras, período em que ocorreram a independência do Brasil e a dos países limítrofes.

Nossos primeiros tratados de limites como país soberano foram assinados, já no Segundo Reinado, com o Uruguai e com o Peru, ambos em 1851; depois, sucessivamente, com a Venezuela (1859), a Bolívia (1867) e o Paraguai (1872). Após o advento da República, com a Argentina (1898), o Departamento da Guiana (antiga Guiana Francesa – 1900), o Suriname (1906), a Colômbia (1907) e a República Cooperativa da Guiana (antiga Guiana Inglesa – 1926).

## ATUAÇÃO DOS MILITARES NA DEMARCAÇÃO DE LIMITES

### O Tratado de Madri

Para a demarcação do Tratado de Madri foram constituídas duas Comissões Mistas de Limites: uma destinada a explorar e demarcar as fronteiras meridionais entre Castilhos Grandes (hoje território uruguaio), no Oceano Atlântico, e a boca do Rio Jauru no Rio Paraguai, nas cercanias da atual

*A primeira tentativa objetiva de dividir, na América do Sul, as terras das duas Coroas, foi a assinatura do Tratado de Madri, em negociação inspirada pelo gênio do brasileiro Alexandre de Gusmão.*

cidade de Cáceres (MT), e outra para demarcar as fronteiras setentrionais.

A primeira dessas Comissões teve como Primeiro-Comissário português Gomes Freire de Andrade, depois Conde de Bobadela, Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro, que deu início aos trabalhos em 1752, em conjunto com o Marquês de Valdelirios, Primeiro-Comissário espanhol.

A Comissão acima referida subdividiu-se em três partidas: a do Sul, cuja parte portuguesa foi chefiada inicialmente pelo Coronel Francisco Antônio de Menezes, tendo por missão explorar e demarcar o setor compreendido entre Castilhos Grandes e a foz do Ibicuí no Rio Uruguai; essa partida enfrentou, entre 1753 e 1758, a feroz oposição dos índios das Missões religiosas do Oeste gaúcho, a chamada “Guerra Guarânica”, tendo concluído seus trabalhos somente em 1760, sob a chefia do Tenente-Coronel José Custódio de Sá e Faria; a segunda, chefiada pelo Coronel José Fernandes Pinto de Alpoim, operando de 1759 a 1760, tratou do setor entre a foz do Ibicuí e a do Rio Igurei no Rio Paraná; e a terceira, entre 1753 e 1756, levantou o setor do Igurei à foz do Jauru, também sob a chefia do Tenente-Coronel José Custódio de Sá e Faria, que viria depois a completar o trabalho da primeira partida.

A Comissão Mista encarregada de demarcar os limites amazônicos não chegou a entrar em operação. O Primeiro-Comis-

sário português, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (irmão do Marquês de Pombal), Capitão-General e Governador do Maranhão, após tomar as providências iniciais para a demarcação, aguardou na localidade de Barcelos, às margens do Rio Negro, a chegada do Primeiro-Comissário espanhol, que, com dificuldade de acesso e de comunicação, só atingiu essa região após a retirada do Comissário português.

Anulado em 1761 o Tratado de Madri pelo Tratado do Pardo, os trabalhos dos demarcadores não foram perdidos; as explorações e os levantamentos então realizados serviram como testemunho de enorme valia para a negociação e a demarcação dos futuros tratados de limites.

#### O Tratado de Santo Ildefonso

O último tratado de limites dos tempos coloniais, o de Santo Ildefonso (1777), repetiu aproximadamente os limites do Tratado de Madri, embora com nítido prejuízo para Portugal no Extremo Sul, atual Rio Grande do Sul. Ao contrário do Tratado de Madri, quando foram estabelecidas, pelas duas partes, minuciosas instruções para sua execução, neste caso cada governo expediu unilateralmente suas instruções

aos respectivos demarcadores, o que veio a contribuir para que surgissem interpretações antagônicas e dificuldades insuperáveis.

Para a execução dos trabalhos foram constituídas quatro divisões, que operaram

*O de Santo Ildefonso (1777), repetiu aproximadamente os limites do Tratado de Madri, embora com nítido prejuízo para Portugal no Extremo Sul, atual Rio Grande do Sul.*

sob a supervisão dos capitães-generais do Rio Grande de São Pedro, de São Paulo, do Mato Grosso e do Pará, em períodos diversos, nas décadas de 1780 e 1790.

A do Sul, que tinha a seu cargo o trecho entre a foz do Chuí e a do Igurei no Rio Paraná, foi fracionada em duas subdivisões, chefiadas, respectivamente, por parte de Portugal, pelo Brigadeiro Sebastião da Veiga Cabral da Câmara e pelo Coronel Francisco João Roscio. A Segunda Divisão, encarregada do trecho entre a foz do Igurei e a região do Jauru/Guaporé, foi chefiada pelo Capitão-General de São Paulo e teve como Comissário espanhol D. Felix de Azara, cujas divergências com o comissário brasileiro a respeito da exata localização do Rio Igurei atravessaram dois séculos. A Terceira Divisão, chefiada pelo Capitão-General do Mato Grosso, Coronel João Pereira Caldas, deveria trabalhar desde o ponto alcançado pela Divisão anterior até a linha aludida no Tratado (Madeira/Javari), tendo descido o Javari até sua foz e o Amazonas até a desembocadura do Rio Japurá. A Quarta Divisão, tendo como Comissário português o Tenente-Coronel Teodósio Constantino de Chermont, tinha a seu cargo a demarcação das fronteiras mais setentrionais, subindo o Japurá e procurando, ao norte, o divisor de águas entre as bacias do Amazonas e do Orenoco.

Cabem aqui referências muito especiais aos trabalhos realizados, a partir de 1780, pelo engenheiro militar português Ricardo Franco de Almeida Serra, que explorou e levantou diversos rios da Amazônia, entre eles o trecho superior do Negro, o Rio

Branco e suas cabeceiras, e os rios Tacutu e Mau, nas fronteiras com a Colômbia, a Venezuela e a Guiana. Realizou, ademais, notável trabalho cartográfico, o que lhe valeu a glória de ser o patrono da Cartografia Brasileira e da Engenharia Militar. Ricardo Franco foi também o construtor do Forte Príncipe da Beira, à margem do Rio Guaporé, obra monumental que, embora nunca tenha tido emprego militar, resta hoje como magnífico testemunho dos ingentes esforços desenvolvidos por portugueses e brasileiros para o alargamento e a preservação de nossas fronteiras.

#### **DEMARCAÇÕES NO SEGUNDO IMPÉRIO E NO PRINCÍPIO DA REPÚBLICA**

Como foi mencionado acima, só a partir de 1851, já no Segundo Império, após intensa atividade diplomática, é que o Brasil, como país independente, conseguiu fechar os primeiros acordos de limites com seus vizinhos na América do Sul, sendo que com a República Argentina – cujo tratado de limites (1898) teve de aguardar a solução da Questão de Palmas, dada pelo Laudo Arbitral do Presidente Cleveland –, com a Colômbia e as Guianas os acordos foram firmados já na vigência da República. Convém assinalar que esses primeiros acordos sobre limites foram em diversos casos complementados por novos instrumentos, com o objetivo de aperfeiçoá-los ou de estabelecer eventuais alterações: o Tratado da Lagoa Mirim, com o Uruguai (1909), concedendo a esse país irmão o condomínio sobre as águas da Lagoa Mirim, e o Tratado de Petrópolis (1903), com

a Bolívia, para dar fim ao problema do Acre, foram exemplos de novos tratados que complementaram os anteriores.

### Uruguai

O primeiro Tratado de Limites do Brasil como país soberano foi firmado com o Uruguai, em 12 de outubro de 1851. Os trabalhos de demarcação tiveram início no ano seguinte. Diga-se, aliás, que, dentre as fronteiras brasileiras foi esta a pioneira em todos os sentidos: estar delimitada por tratado internacional (1851), ser inteiramente demarcada e ter iniciada sua caracterização. O principal período de demarcação desenvolveu-se de 1852 a 1862, tendo atuado como primeiros-comissários brasileiros o Marechal Francisco José de Souza Soares d'Andréa, Barão de Caçapava, falecido em serviço em 1858, e o Brigadeiro Pedro d'Alcântara Bellegarde, que finalizou a tarefa a partir daquela data. Novo período de trabalho, entre 1913 e 1916, tratou do cumprimento do Tratado da Lagoa Mirim e da Convenção de 1913 sobre o Arroio São Miguel, sendo Primeiro-Comissário brasileiro o Marechal Gabriel de Souza Pereira Botafogo. A partir de 1920, tiveram início os trabalhos de caracterização, a cargo também, pelo Brasil, do Marechal Botafogo, até 1928, e, a partir dessa data, pela Comissão Brasileira Demarcadora de Limites—Setor Sul e por sua sucessora, a Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. Na década de 1970, um acordo por troca de notas definiu a Divisória Lateral Marítima entre os dois países, fruto de negociação no âmbito da Co-

missão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai.

### Peru

O Tratado de Limites entre o Brasil e o Peru foi firmado em 23 de outubro de 1851, apenas 11 dias após a assinatura do tratado com o Uruguai. Os trabalhos de demarcação tiveram início em 1866, tendo como Primeiro-Comissário brasileiro o Capitão-Tenente José da Costa Azevedo, depois Barão de Ladário. As primeiras atividades de reconhecimento e demarcação foram confiadas, pelo lado brasileiro, ao Capitão-Tenente João Soares Pinto, que explorou cerca de mil milhas ao longo do Rio Javari, em expedição das mais dramáticas e na qual perdeu a vida, vítima de ataque de índios. Por esse motivo, os trabalhos foram suspensos até 1871, sendo então nomeado Primeiro-Comissário, pelo Brasil, o Capitão-de-Fragata Antônio Luiz von Hoonholtz, mais tarde Barão de Tefé, que conseguiu concluir os trabalhos em 1875, com a demarcação da geodésica Tabatinga-Apapóris – naquele momento considerada como fronteira com o Peru, e, mais tarde, passando a fazer parte da fronteira Brasil-Colômbia. Novos trabalhos foram realizados a partir de 1913, para o cumprimento de novo instrumento assinado em 1909, destinado a definir a linha limite desde a nascente do Rio Javari até o início da divisória entre o Brasil e a Bolívia, no Rio Acre. Nessa nova fase dos trabalhos, concluída em 1927, atuou, como Comissário brasileiro, o Contra-Almirante Antônio Alves Ferreira da Silva.

## Venezuela

O Tratado de Limites e de Navegação entre o Brasil e a Venezuela, assinado em 1859, foi executado de 1879 a 1884, tendo como Primeiro-Comissário, pelo Brasil, o Tenente-Coronel de Engenheiros Francisco Xavier Lopes de Araújo, mais tarde Barão de Parima, que já havia atuado na fronteira com a Bolívia. Novos trabalhos foram levados a cabo, em 1914 e 1915, para dar cumprimento a um Protocolo assinado em Caracas, em 1912, tendo como Comissário brasileiro o Coronel de Engenharia Manoel Luiz de Mello Nunes e, a partir de 1930, para a demarcação da linha Cucuí-Uá e para a difícil demarcação nas serras de Parima e Pacaraima, sendo chefes da Comissão Brasileira, sucessivamente, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Braz Dias de Aguiar, entre 1930 e 1947, e o General-de-Divisão Ernesto Bandeira Coelho, daquela última data até 1973.

## Bolívia

Para a demarcação da fronteira Brasil-Bolívia, em obediência ao Tratado de Amizade, Navegação, Limites e Comércio assinado em 1867, foram primeiros-comissários brasileiros, sucessivamente, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Antônio Cláudio Soído (1870 a 1871), o Coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão, depois Barão de Maracaju (entre 1875 e 1877), e o já mencionado Coronel Francisco Xavier Lopes de Araújo, Barão de Parima (1877 e 1878). No período de

1907 a 1914, para efetuar a demarcação na região amazônica, em cumprimento ao Tratado de Petrópolis de 1903, pelo qual foi incorporado o Acre ao nosso território, foi nomeado Primeiro-Comissário brasileiro o Almirante José Cândido Guillobel. A última indefinição relativa a essa fronteira foi levantada em 1958, pela Nota Reversal nº 1 C/R, integrante do chamado Acordo de Roboré, aprovado pelo Congresso Nacional somente dez anos após, em 1968. A demarcação desse último trecho de nossa fronteira com a Bolívia (cerca de trezentos quilômetros) foi realizada entre 1970 e 1978, já sob a direção do atual Chefe da Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. O levantamento batimétrico dos rios Mamoré e Guaporé, realizado há três anos por uma empresa brasileira, com o acompanhamento de delegados da Comissão Mista, abriu caminho para que sejam iniciadas negociações para a adjudicação das ilhas desses dois grandes rios a um ou a outro país.

## Paraguai

O Tratado de Limites entre o Brasil e o Paraguai foi assinado em janeiro de 1872, pouco após o final da Guerra da Tríplice Aliança, abrangendo o trecho entre a foz do Rio Apa, no Paraguai, e a foz do Iguaçu. Os trabalhos de demarcação iniciaram-se no mesmo ano (1872) e foram concluídos em 1874, sendo Primeiro-Comissário brasileiro o Coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão, Barão de Maracaju. O limite ao longo do Rio Paraguai

foi definido pelo Tratado Complementar de 1927 e pelo Protocolo Adicional de 1975 – esse último firmado já na gestão do atual Chefe da Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – que permitiram a adjudicação de ilhas a um e a outro país. A assinatura do Tratado de Itaipu (1973) não alterou, conforme estabelece o seu artigo 7º, os limites estabelecidos pelos tratados anteriores. Está ainda pendente de definição a linha limite no espelho d'água do grande lago.

### Argentina

O Tratado de Limites entre o Brasil e a Argentina, conforme foi anteriormente assinalado, foi firmado em 1898, após a brilhante vitória do Barão do Rio Branco na Questão de Palmas. Fato interessante a assinalar: o Chanceler brasileiro que firmou esse tratado, o General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, foi, três anos após, já na gestão de Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores, nomeado Primeiro-Comissário brasileiro para os trabalhos de demarcação. Os trabalhos, concluídos em 1904, estenderam-se da região da barra do Quaraí no Rio Uruguai, ao sul, até a da foz do Rio Iguaçu no Paraná, ao norte, e foram aprovados em um novo documento binacional firmado pelo Barão do Rio Branco, os *Artigos Declaratórios da Demarcação da Fronteira Brasil-Argentina*, no

*O Tratado de Limites entre o Brasil e a Argentina, conforme anteriormente assinalado, foi firmado em 1898, após a brilhante vitória do Barão do Rio Branco na Questão de Palmas.*

qual os limites então demarcados são cuidadosamente descritos.

### Departamento da Guiana

A história da fronteira do Brasil com a antiga Guiana Francesa – hoje, Departamento da Guiana – tem antecedentes que remontam ao século XVIII. Assinado em 1713, o Tratado de Utrecht, que estabeleceu o Rio Oiapoque como limite entre o Brasil e a Guiana, teve sua interpretação confirmada pela Sentença Arbitral do Conselho Federal Suíço de 1º de dezembro de 1900, ficando assim definitivamente acertada a delimitação dessa fronteira. Os trabalhos de campo para a demarcação tiveram início em 1955 e foram concluídos em 1961, sendo Primeiro-Comissário brasileiro o General Ernesto Bandeira Coelho. Bem mais recentemente, já em 1981, sendo Primeiro-Comissário o Coronel Ivonilo Dias Rocha, foi definido o limite ao longo da Baía de Oiapoque e a linha de delimitação marítima entre o Brasil e a Guiana Francesa.

### Suriname

O Tratado de Limites entre o Brasil e a antiga Guiana Holandesa, atual Suriname, foi assinado em 1906, após terem sido solucionados os problemas de fronteira desse país com os países vizinhos, as antigas Guianas Inglesa e Francesa. Com o Bra-



sil, os limites foram fixados pelo *divortium aquarum* separando as águas que descem para o Oceano Atlântico das que correm para o Rio Amazonas. Os limites foram demarcados no período de 1935 a 1938, tendo sido Primeiro-Comissário brasileiro o Capitão-de-Mar-e-Guerra Braz Dias de Aguiar.

### Colômbia

A República da Colômbia constitui o remanescente da Grã-Colômbia, formada, no primeiro quartel do século passado, pela Venezuela, a Colômbia, o Equador e o Panamá. Após diversas tentativas para a delimitação dessa fronteira no século XIX, o tratado de limites com a Colômbia foi assinado em 1907, mesmo assim para o trecho de fronteira ao norte da foz do Rio Apaporis no Japurá, visto que o trecho ao sul desse rio era região disputada também pelo Peru e o Equador. Novo tratado, em 1928 – o Tratado de Limites e Navegação Fluvial –, definiu o limite ao longo da grande geodésica Tabatinga-Apaporis. Constituída em 1930 a Comissão Mista, foi a parte brasileira chefiada pelo Coronel Renato Rodrigues Pereira (1930 a 1933) e pelo Coronel Themístocles Paes de Souza Brasil (1933 a 1936).

### República Cooperativa da Guiana

Os limites entre o Brasil e a antiga Guiana Inglesa foram também estabelecidos no princípio deste século. O assunto – que remonta a meados do século XIX, quando o Governo Imperial do Brasil protestou con-

tra indevida penetração inglesa na região do Pirara – foi em parte solucionado pela Sentença Arbitral proferida em 1904 pelo Rei da Itália, que teve de ser complementada, em 1926, por uma Convenção Complementar e pelo Tratado Geral de Limites. Os trabalhos de demarcação tiveram curso na década de 1930, tendo sido Primeiro-Comissário brasileiro o Capitão-de-Mar-e-Guerra Braz Dias de Aguiar.

### O TRABALHO SISTEMÁTICO DAS COMISSÕES BRASILEIRAS DEMARCADORAS DE LIMITES

Durante o Segundo Reinado e nos primeiros tempos da República (até 1928), os trabalhos de demarcação eram confiados a comissões específicas para a execução de cada trabalho na fronteira, chefiadas – na quase totalidade dos casos – por militares da mais plena confiança do Governo, como aliás já vimos nos diversos casos anteriormente mencionados.

A partir de 1928, por iniciativa do Chanceler Octávio Mangabeira, os trabalhos passaram a ser sistemáticos, a cargo de três Comissões, correspondentes aos setores Norte, Oeste e Sul. Por decreto de 1934, ficou estabelecido que as Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites teriam organização militar, que os chefes e subchefes seriam oficiais superiores das Forças Armadas com especialização técnico-geográfica, e que o serviço prestado na demarcação de fronteiras teria preferência, em tempo de paz, sobre qualquer outra comissão. A organização acima foi alterada em 1939, ficando redu-

zidas as comissões para apenas duas: a Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – 1ª Divisão (abrangendo as fronteiras com as então três Guianas, a Venezuela, a Colômbia e o Peru) e a Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – 2ª Divisão (fronteiras com a Bolívia, o Paraguai, a Argentina e o Uruguai), nomes alterados, em 1973, para Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – PCDL (a do Norte) e Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – SCDL (a do Sul).

As duas Comissões, além de terem completado as operações de demarcação que estavam ainda por realizar, passaram a executar as operações de caracterização, fase na qual são intercalados marcos secundários, tanto quanto possível intervisíveis, entre os marcos principais, nas fronteiras secas. Podemos dizer que, hoje, todas as nossas fronteiras estão demarcadas, estando algumas delas com o processo de caracterização praticamente concluído.

Nesses pouco mais de setenta anos de atuação, desde que os trabalhos das Comissões de Limites tomaram caráter sistemático, seus chefes – com uma única e recentíssima exceção – foram militares, a saber:

- Primeira Comissão – Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva (1928), Capitão-de Mar-e-Guerra Braz Dias de Aguiar (1929 a 1947), General Ernesto Bandeira Coelho (1948 a 1974), Coronel Ivonilo Dias Rocha (1975 a 1994) e Enge-

nheiro Cartógrafo Dauberson Monteiro da Silva (a partir de 1995).

- Segunda Comissão – Coronel Leopoldo Nery da Fonseca (1930 a 1938), Coronel Themístocles Paes de Souza Brasil (1938 a 1940), Coronel Sebastião Claudino de Oliveira e Cruz (1940 a 1947), Coronel Lincoln de Carvalho Caldas (1947 a 1955), General Francisco Fontoura de Azambuja (1955 a 1966) e Coronel Juvenal Milton Engel (a partir de 1967).

#### OBSERVAÇÃO

Os nomes relacionados no presente trabalho correspondem aos dos Chefes das Comissões Brasileiras, ou melhor dito, dos

*Nesses pouco mais de setenta anos de atuação, desde que os trabalhos das Comissões de Limites tomaram caráter sistemático, seus chefes – com uma única e recentíssima exceção – foram militares.*

Chefes – ou Primeiros-Comissários – das Seções brasileiras das Comissões Mistas. Inúmeros outros militares, geógrafos, cartógrafos, engenheiros e técnicos participaram dos trabalhos nas fronteiras como subchefes, segundos-comissários, delegados auxiliares, ajudantes técnicos, ou mesmo como simples operadores.

Seus nomes, em trabalho de maior vulto, poderão ser lembrados e reverenciados. Como exemplo mais ilustre, o Marechal Mascarenhas de Moraes, que, durante cerca de quatro anos, participou de trabalhos nas fronteiras da Amazônia Ocidental.

Convém acrescentar que nem só de militares são integradas as Comissões de Limites. Dos trabalhos de demarcação também participaram – em número bastante

mais reduzido – profissionais civis (engenheiros, topógrafos, astrônomos), competentes e de grande valor, atuando geralmente como ajudantes técnicos. Como exemplo, neste último caso, o Astrônomo Francisco Loncan, cuja atividade teve início em trabalhos na fronteira com o Uruguai, em 1928, e prosseguiu nas fronteiras com o Paraguai, a Colômbia e a Venezuela (na década de 1930) e, a partir da década de 1940, novamente nas fronteiras do Setor Sul, Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia, até o início da década de 1990, quando, quase centenário, recolheu-se a uma modesta aposentadoria, “enciclopédia viva” de conhecimentos sobre a demarcação das fronteiras brasileiras, até seu falecimento, aos 100 anos de idade, em novembro de 2000. E, com atuação exclusivamente nas fronteiras setentrionais do Brasil – com a Venezuela, a Colômbia e o Peru – por mais de cinco décadas (de 1945 a 1996), o Astrônomo Dilermando de Moraes Mendes, exemplo vivo, aos 80 anos de idade, de amor e dedicação ao trabalho nas fronteiras.

Voltando os olhos para o passado, vemos que esforços não foram medidos, nem sacrifícios economizados, por nossos an-

tepassados – o colonizador português, o bandeirante paulista, o combatente luso-brasileiro das campanhas contra as invasões francesas no Rio de Janeiro, Maranhão e Amapá e holandesas na Bahia e Pernambuco, o aguerrido gaúcho estendendo, a ponta de lança, o território da Província de São Pedro até as barrancas do Rio Uruguai, além dos heróis anônimos que ajudaram a riscar no terreno os limites de nossos

confins e a defendê-los sempre que necessário – para nos deixarem, e a nossos filhos e netos, este território imenso, de dimensões continentais, um dos cinco maiores países do mundo, responsabilidade agora da geração atual. Cabe a esta mostrar-se digna de tão

grandiosa herança. Há que lembrar – atentos a qualquer tentativa de desmerecer nossa soberania sobre qualquer rincão da Pátria – a frase lapidar do General Rodrigo Octávio Jordão Ramos sobre a ocupação do Norte do país: “Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la.” Poderíamos acrescentar “ainda mais nobre passa a ser a tarefa de conservar íntegro e unido o território da Pátria.”



*“Árdua é a missão  
de desenvolver e  
defender a Amazônia.  
Muito mais difícil,  
porém, foi a de nossos  
antepassados  
em conquistá-la  
e mantê-la.”*

*História é a ciência do que  
nunca acontece duas vezes.*

Paul Valéry